

## **O papel das ações diretas na produção da Política Habitacional da cidade de São Paulo**

André Luiz Teixeira dos Santos  
FAU-USP, Pós-Graduação Habitat  
andreelts1976@gmail.com

### **Apresentação do problema**

O ensaio aborda o tema das ações diretas, em especial os atos e ocupações, realizadas pelos movimentos de moradia, demonstrando que o conceito possui uma evolução temporal (diacrônica), sendo percebido de forma diferenciada pelos movimentos sociais e as próprias pessoas que fazem parte do movimento (sincronicamente). A perspectiva é imanente à própria concepção de linguística (LEFEBVRE,1983). Para tal, o ensaio detalha a evolução do conceito<sup>1</sup>, problematizando, com isso, a articulação das ações diretas na construção e produção das políticas habitacionais na cidade de São Paulo.

Para a discussão da hipótese, o artigo é descritivo, evidenciando a estrutura do fenômeno observada, e organiza-se em **quatro capítulos** que (i.) circunstanciam o fenômeno observado e revisitam os principais argumentos da bibliografia sobre o tema, (ii.) problematizam a evolução do conceito de ocupação e ações diretas, (iii.) apresentam as práticas cotidianas dos atos e ocupações, e (iv.) o papel das ações diretas e ocupações no processo de provisão habitacional.

Serão expostos resultados de pesquisa empírica, construída em uma abordagem fenomenológica, através da discussão das práticas cotidianas de apropriação dos espaços constituídos por seus usuários e da vivência das atuais experiências dos sujeitos selecionados. Os depoimentos discriminaram temas, agrupados em unidades de significado, que apontaram as principais convergências, divergências e a estrutura geral do fenômeno, que serão sumarizadas no artigo.

### **1. O PAPEL DAS AÇÕES DIRETAS**

A **relação entre movimento social e Estado**, através dos **polos institucionalização e autonomia**, é tema recorrente na bibliografia brasileira sobre o tema. Se a discussão dominante algum dia passou pelo papel emancipatório (e utópico) que os movimentos sociais tiveram, em especial no momento anterior à redemocratização do país, atualmente é dominante a visão dos movimentos sociais através de uma discussão que tensiona para um papel negativo, clientelista e com tendências totalizantes.

Para Sader (1988), está implícita no conceito de autonomia a relação entre sujeito e objeto, que definiria a própria constituição do sujeito na relação “eu” e “outro”, permitindo focalizar a leitura do conceito na **forma que se dá a relação com o Estado**. Os movimentos sociais, nas lutas desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, abriram novos espaços políticos,

---

<sup>1</sup> Para a discussão detalhada da evolução de outros conceitos - mutirão, a autogestão, o papel das lideranças e da demanda, dentre outros – ver Santos,2010.

através da reelaboração da experiência cotidiana e alargamento do espaço da política e, conforme complementa Doimo (1997:27), a abertura de expressivo campo ético-político, com importantes rebatimentos no processo político brasileiro. Posteriormente, a ação polariza-se para o campo mais restrito da política, trazendo duas faces (CHAUI, in SADER, 1988): uma face definida pela **constituição de um espaço público além do sistema de representação política**, a outra, dados os limites políticos que se desenhavam na época, de **derrota pela política posteriormente instituída**. Instaure-se uma crise do próprio conceito de movimentos sociais, restando apenas **um elemento que agrega os movimentos**, que deveria estar no centro da elaboração teórica: “(...) a dificuldade de se reconhecer que *a marca comum desses novos impulsos participativos encontra-se, na verdade, na ação direta.*” (DOIMO, 1997:50).

Gohn (2000) complementa que não seria apenas a ação direta o elemento agregador de todos os movimentos sociais, apesar de ter sido, historicamente, para os movimentos de moradia. A institucionalização da ação, ao operar como o campo de regulação normativa, não garante o reconhecimento e, ao mesmo tempo, a possibilidade de emancipação restringe-se aos espaços de resistência existentes, em uma tensão no **próprio processo de construção da democracia**, entre o seu sentido **integrador e emancipatório**: “Sozinhos, estes múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (GOHN, 2008:445).

O que obriga o retorno do olhar para a articulação do papel do Estado com o urbano e os movimentos sociais. Cavalcanti entende que, através do estudo das organizações populares, um dos objetivos de estudo seria apontar para mudanças do sistema político nacional na atualidade, com a reorganização das estruturas partidárias e das disputas eleitorais (CAVALCANTI, 2006).

Nesse sentido, a discussão da pauta dos movimentos sociais prescinde de uma discussão do papel da (conquista da) hegemonia (GRAMSCI, 2007), na tensão imanente ao equilíbrio entre grupos dirigentes e dirigidos, traduzindo-se na possibilidade de (re)fundação da política e não a sua anulação, na viabilidade da fala, da ação e da palavra. Pela apropriação do conceito, sob a leitura de Lefebvre: “(...) hegemony is an incomplete, never fully multidimensional (perceived, conceived, lived) processes and strategies of producing abstract space” (GOONEWARDENA et al, 2009: 205).

## 2. OCUPAÇÕES E ATOS: A EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO

A conscientização política sobre o tema da moradia e direito à cidade faz com que ações vistas pelo senso comum como *invasões*, expressem-se pelo polo sintático oposto *ocupação*, em essência um instrumento político de ação. Para os movimentos sociais, a ocupação resgata o sentido original da função social da propriedade e tensiona as arenas decisórias (IMMERGUT,1996), repondo-os como autores no processo de produção da cidade. O sentido que o tema assume, no transcorrer dos momentos históricos, diferencia-se, uma vez que o papel das ações diretas é dado de forma relacional (MELUCCI:1980), em que a ação coletiva, neste processo cíclico, é causa e efeito da mudança e, para a leitura dos movimentos de moradia, é expressão da leitura que não só o movimento social faz do mesmo, porém do próprio Estado, através de suas respostas às reivindicações, além dos demais atores.

Sob a visão das entrevistas realizadas, a leitura inicial do tema pontua que as ocupações funcionam prioritariamente como elemento de pressão, frente à inoperância do poder governamental na solução do problema habitacional. Para o seu correto funcionamento, utiliza-se de táticas diversificadas, pode assumir um caráter provisório, restrito à ideia de manifesto e ação direta, ou ter papel mais perene, como moradia de médio prazo, neste caso tensionando para a solução habitacional, ou tornando-se a ocupação a própria moradia definitiva.

Dentro da **primeira vertente**, a efetividade do ato correlaciona-se com a **visibilidade alcançada**. A permanência é simbólica e restrita à conquista dos objetivos iniciais, como a continuidade de processos estancados ou morosamente encaminhados pelo poder público, podendo servir, também, para a reabertura dos canais de negociação. Dessa forma, pode durar dias ou meses e há ainda casos de ocupações que duram poucas horas. Na **segunda vertente**, além de ser uma luta política, a ocupação destes prédios e áreas oferece **alternativa de moradia** para muitas famílias, para famílias que não conseguem arcar com os custos de moradia.

Historicamente, a relação de forças presentes e o rearranjo das práticas nas arenas decisórias acentuaram diferentes formatos dominantes de luta direta, com reflexo no próprio redimensionamento temporal do conceito de ação direta, na modalidade das práticas e seus fazeres. No que tange ao conceito de ocupações, tal ação direta formou-se a partir de uma crescente conscientização do próprio significado original do termo, de tal forma que as ocupações aparecem crescentemente como um processo político de conquista do espaço urbano, um processo de reivindicação, mais que uma solução direta ao problema de moradia

para população que invade estes prédios. Podemos dizer que há **três ciclos principais** de ações diretas:

- No final de década de 80, as ocupações históricas que iniciaram o processo inicial de lutas do movimento de moradia, que diminuem seu papel no transcorrer na gestão de Luísa Erundina (BONDUKI, 1987);

- O novo “ciclo” de ocupações que se inicia na metade da década de 90 e redimensiona o tema da área central e o próprio processo de reivindicação do movimento de moradia, em ações focalizadas nos imóveis ociosos, públicos e privados, da área já consolidada da cidade, o centro histórico e o centro expandido. Os principais atores das mesmas eram os movimentos de moradia da área central da cidade de São Paulo, agregados, neste momento, na UNMP (União Nacional de Moradia Popular) e no MSTC (Movimento dos Sem-teto do Centro);

- As grandes ocupações realizadas pelos novos movimentos de moradia (dissidências dos tradicionais movimentos), posteriormente a 2005 até 2013, concentradas em grandes áreas da periferia, com a constituição de grandes projetos de ocupação e divisão de terras nestes locais, quando realizadas em terrenos ou loteamentos. O principal ator, neste momento, é o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e a FLM (Frente de Luta por Moradia). Paralelamente, na área central, ocupações viabilizadas pelos movimentos da área central. Posteriormente às manifestações de julho de 2013, redimensiona-se o próprio papel das ações diretas, dando novo fôlego para a pauta das ocupações e, sob o novo cenário político com a reentrada no PT no governo municipal, que amplia o número de movimentos sociais e ocupações na área central e centro expandido da cidade de São Paulo.

Se este processo é gerado pela crise da produção de habitação popular, aguçada desde o início dos anos 80 (MARICATO:1996), há uma diferença entre as práticas históricas do movimento de moradia e as práticas atuais. Para os entrevistados, os atos exemplificam tal modificação do formato da ação direta, quando, historicamente, traziam resultados imediatos e, na atualidade, restringe-se à conquista de reabertura de canais de negociação e pode trazer uma visão colateral de não redundarem em resultados exitosos ou, no limite, externalizarem a própria fragilidade do movimento.

Na visão dos entrevistados, o Primeiro Ciclo de Ocupações trouxe um aprendizado sobre quais propostas seriam mais efetivas para viabilidade dos empreendimentos, ante os resultados imediatos de individualização e divisão dos terrenos, que dissolviam a prática coletiva e o próprio objetivo inicial da ocupação. O momento é visto

como a representação de um momento de “ousadia”, dado o fim do regime militar, e o volume de pessoas envolvidas, como exemplificado na fala:

“Aí as ocupações começam a ser muito volumosas e qual é a proposta? Cada dez terrenos, fomos despejados de onze. Bom, **começa a surgir articulação de grupos mais perenes, mais estáveis**. E algumas propostas já em direção ao Governo Municipal e ao Estadual, que vai ser uma grande novidade no campo da moradia, porque se você for pegar então a história das políticas habitacionais, neste momento, em plena ditadura, política de habitação é campo do governo Federal, do BNH, da Caixa Econômica. (...) Bom, a partir daí, se deriva muita coisa, se deriva, por exemplo, a crítica ao projeto habitacional, a política que era feita, de que... Primeiro a questão do superfaturamento, depois as regras, da falta de perspectiva para pessoas de baixa renda, que depois virou a proposta nossa, então a gente começa a ganhar clareza, a entender o que se luta em casa.”

O redimensionamento dos objetivos iniciais destes atos reorienta as práticas e modalidades de ações diretas, crescentemente voltadas à ampliação do processo coletivo de participação, com a tentativa de inserção nas demais etapas das políticas habitacionais existentes, não apenas restringindo as ações, portanto, à conquista da terra ou imóvel. Para os entrevistados, o resultado é visto como uma “maturação do processo”, uma vez que há a conquista de políticas públicas e, indiretamente, a expressão das mesmas nas práticas cotidianas do movimento de moradia: a busca da coesão do coletivo envolvido, através de reuniões, organização dos grupos em diferentes estágios de amadurecimento ou inserção na política habitacional, a forma de organização dos atos e demais ações diretas.

A formatação antes concentrada apenas em práticas reivindicatórias redireciona-se para uma postura de pressão, para que o Governo garanta meios de resolução dos problemas pelos próprios participantes. As práticas de mutirão e a própria evolução do conceito, para as atuais práticas de autogestão<sup>2</sup>, apresentam-se não como a única alternativa, mas uma opção do movimento, dado os saltos qualitativos alcançados na moradia definitiva, como prática organizativa e modelo de formação política, aprendizado e crescimento pessoal. Sob esta ótica, as ações diretas assumem um papel educativo, com reverberação na própria conscientização política dos envolvidos, com importantes rebatimentos na pós-ocupação da moradia definitiva, aqui exemplificado:

“Então, eu mesmo vou resolver, então muito mais eficiente do que casa, estava pedindo o financiamento. E isso dá outra característica, que as pessoas vão se meter no processo, as pessoas vão se meter no processo, por mais que o motivo seja a casa e todo mundo

---

<sup>2</sup> Sobre o tema, ver BARAVELLI:2006 e SANTOS:2010.

chegava na gente pedindo casa e tal, não era outro motivo, o caminho ele mostra outro processo. **Não é a única alternativa a autogestão, mas para a gente é um opção que a gente faz, porque mais que um pedido, é um caminho**, e este caminho ele vai de encontro com a possibilidade da comunidade se gerenciar.”

Do total de conquistas realizadas, exemplificam-se dois processos emblemáticos do processo de provisão habitacional estabelecido na parceria movimento de moradia e poder público, ambas resultantes das ações diretas deste ciclo: as ocupações da Voitz, na Zona Oeste, e da Fazenda da Juta, na Zona Leste de São Paulo. A Fazenda da Juta viabilizou a construção de 15 mutirões, para cerca de três mil famílias, além de conjuntos habitacionais construídos na modalidade corrente, via construtoras, e representa a área com maior concentração deste modelo de intervenção na cidade de São Paulo. A Fazenda era uma gleba desocupada na região Leste de São Paulo, palco de ocupações sucessivas, que levaram à sua desapropriação para uso social, no fim da década de 80. A gleba possui equipamentos comunitários cujas atividades beneficiam toda a região: creche, padaria comunitária, espaço para festas, atividades culturais, biblioteca, projeto para a terceira idade e pizzaria comunitária. Já a Voitz, Zona Norte de São Paulo, representava uma gleba de 600.000 m<sup>2</sup>, também conhecida como CDHU Brasilândia. Após a ocupação e compra do imóvel, a gleba foi objeto de inúmeras intervenções, tendo áreas remanescentes em construção até a atualidade, com a utilização de várias linhas e programas do governo estadual, na modalidade tradicional, via construtoras, e parte via mutirão tradicional, em que os próprios associados são responsáveis pelo processo construtivo, mas não a gestão e, com a maturação do conceito, dialogando ante as restrições impostas pelos programas habitacionais disponíveis, via mutirão e autogestão, com os associados sendo construtores e gestores de todo o processo de construção habitacional.

O Segundo Ciclo de Ocupações, segundo os entrevistados, focalizou ações na área central da cidade. As ações redundaram nas primeiras negociações viabilizadas no âmbito do PAC (Programa de Atuação em Cortiços), do Governo Estadual de São Paulo, com a compra de imóveis que serviram como um “estoque” habitacional, parte dos mesmos até o momento atual não viabilizado em moradia definitiva, com abertura de canais para viabilização de moradias no âmbito do governo federal, via CAIXA. Os entrevistados evidenciam ocupações emblemáticas, parte das quais listadas no quadro que segue, evidenciando a centralidade do papel das ocupações, uma vez que os projetos com resultados em moradia definitiva, viabilizaram-se apenas com tal prática. As tabelas associam as ocupações realizadas neste ciclo com os resultados finais em viabilização de moradia definitiva, destacando a

centralidade da opção para viabilidade dos empreendimentos na área central de São Paulo, ademais, o papel dos movimentos de moradia na concepção e viabilização dos processos.

Projeto	Origem	Demanda Atendida	Agente Promotor	PROGRAMA	Teto de Financiamento (R\$)	Número de Unidades	Custo Médio da UH (R\$)	Data de Aquisição	Data de Entrega
A. Mutirão Celso Garcia	CORTIÇO		PMSP	Funaps Comunitário	(US\$)11.710**		182 30,4 / 24,7	1990	1992
B. Madredeus	CORTIÇO		PMSP	Funaps Comunitário	(US\$)13.579**		45 59,8	1990	1996
C. Fernão Salles	OCUPAÇÃO	MMC	CAIXA	PAR Reforma	20.000	54	39	2000	2001
D. Riskallah Jorge	OCUPAÇÃO	MMC	CAIXA	PAR Reforma	25.000	167	31	2001	2002
E. Olga Benário	OCUPAÇÃO	ULC	CAIXA	PAR Reforma	25.000	84	30	2001	2002
F. Labor	OCUPAÇÃO	MSTC-OESTE	CAIXA	PAR Reforma	28.000	84	34	2002	2004
G. Maria Paula	OCUPAÇÃO	FORUM	CAIXA	PAR Reforma	25.000	75	37	2001	2004
H. Pari A	-	MOV. MORADIA	CDHU	PAC-BID	28.200	160	40	1999	2002
J. Pirineus	OCUPAÇÃO	FORUM	CDHU	PAC-BID	23.349	28	38	1999	2003
K. Santa Cecília – C (Ana Cintra)	OCUPAÇÃO	MSTC-FORUM	CDHU	PAC-BID	45.000	70	60	2004	2006
L. Joaquim Carlos	OCUPAÇÃO	ULC	CAIXA	PAR Reforma	35.000	93	46	2004	2007
M. Hotel São Paulo	OCUPAÇÃO	FORUM	CAIXA-PMSP	DIS PMSP e PAR Reform	35.000	152	35	2004	2006
N. Parque do Gato	FAVELA	MORADORES DO LOCAL	PMSP	Locação Social	39.200	486	37,5	2003	2004
O. Olarias	OCUPAÇÃO	MOV. MORADIA	PMSP	Locação Social	42.300	137	38,8	2003	2004
P. Vila 25 de Janeiro	CORTIÇO	MORADORES DO LOCAL	PMSP	Locação Social	30.000	33	41,3	1992	2004
Q. Riachuelo	OCUPAÇÃO	MOV. MORADIA	PMSP	Locação Social	41.867*	120	35,5	2003	2008
R. Asdrúbal do Nascimento	OCUPAÇÃO	MOV. MORADIA	PMSP	Locação Social	63.199*	40	34,5	2003	2007
S. Senador Feijó	OCUPAÇÃO	MOV. MORADIA	PMSP	Locação Social	48.799*	45	31	2003	2007
U. 25 de janeiro	SEM INFORMAÇÃO	DEMANDA DE MERCADO	CAIXA	Crédito Associativo	43.000	300	34	2004	2006

Tabela 1: Correlação entre ação direta via ocupação e viabilidade de projeto

habitacional de moradia definitiva<sup>3</sup>, na área central de São Paulo.

Ocupação/ Projeto	Movimento	Data de Ocupações
1. Ocupação Barão de Mauá	MSTC	2000
2. Ocupação Duque de Caxias	FORUM-MSTC-UMM	1998-2000
3. INSS Nove DE Julho/ R. Álvaro de Carvalho	FORUM-MSTC-UMM	1997
4. INSS – Praça Dom José Gaspar	FORUM-MSTC-UMM	2001-2009
5. Hotel Danúbio	MSTC	2000
6. Hotel Terminus	MSTC	2003
7. Rego Freitas	MSTC	2004
8. Aurora	MSTC	2005
9. Prestes Maia	MSTC	2003
10. Plínio Ramos	MMRC	2003
11. Paula Souza	SEM INFORMAÇÃO	
12. Hospital Matarazzo	FORUM	1997
13. Batalhão Parque Dom Pedro II	MSTC	2003
14. Conde de São Joaquim	UMM	SEM INFORMAÇÃO
15. Campos Salles	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
16. Ouvidor	MMC	1997
17. Bresser	MSTC	SEM INFORMAÇÃO
18. Hipódromo	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
19. 21 de abril	ULC	1999
20. Santos Dumont	FORUM	1997
21. Sólón	MMC	SEM INFORMAÇÃO
22. Tenente Pena	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
23. Paulino Guimarães	FORUM	1999
24. Joaquim Murtinho	FORUM	2000
25. Floriano Peixoto	MMC	1998
26. Abolição	FORUM	1999
Outras ocupações referenciadas:		
Fav. Moinho	-	SEM INFORMAÇÃO
27. Mercúrio	-	SEM INFORMAÇÃO
28. São Vito	-	SEM INFORMAÇÃO
29. Bolsa Aluguel – Vitória da Conquista (São João)	-	SEM INFORMAÇÃO
30. Bolsa Aluguel – Av. Estado – Liberdade	-	SEM INFORMAÇÃO
31. Baronesa de Porto Carrero	-	SEM INFORMAÇÃO
32. Vila Itororó	-	SEM INFORMAÇÃO
Ocupações fora do perímetro:		
1. Escola Campos Salles – Campos Elísios	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
2. Presid. Wilson	MMC	SEM INFORMAÇÃO
3. Fábrica da Pompéia – General Góis Monteiro	FORUM	SEM INFORMAÇÃO
4. Rua Ganges – Vila Mancheste	MMC	SEM INFORMAÇÃO
5. rua da Mooca, n. 3420	MMC	SEM INFORMAÇÃO
6. Volks - São Bernardo do Campo	MTST	2003
7. Chico Mendes - Taboão da Serra	MTST	2005 a 2006
8. Carlos Lamarca - Osasco	MTST	2002
9. Rosa Luxemburgo - Osasco	MTST	2004
10. João Candido - Itapeverica da Serra	MTST	2007
11. Anita Garibaldi	MTST	2001

Tabela 2: Ocupações citadas pelos movimentos de moradia estudados.

<sup>3</sup> Tabela elaborada pelo autor coligidos parcialmente por SILVA & SIGOLO, 2007, sendo: \*valores em dólar; \*\*valores estimados.

Outra visão externalizada decorre da mudança de foco de reivindicações, devido o formato das respostas oriundas do poder público. Originalmente, as mobilizações representavam um momento de grande “represamento” e os atos traduziam-se em conquistas mínimas ante a inexistência de processos palpáveis de provisão habitacional. As conquistas eram denominadores mínimos, como a água e a luz. Como coloca um dos entrevistados, possuíam duas soluções: a fila da COHAB ou a inserção no movimento. Aos poucos os programas teriam dado resposta ao represamento pré-existente, esvaziando parcialmente os próprios movimentos sociais. No transcorrer dos anos, a mudança do foco de intervenção através de ocupações possui dois olhares: um passa por uma ideia de **maturação do movimento de moradia e um grau de institucionalização** que diminui ou retira a importância das ações diretas através de atos e ocupações, outro pela diferença de resposta do poder público às ações, com **maior enrijecimento e truculência nas respostas** aos atos e ocupações.

Dentre os atores envolvidos, destacam-se dois elementos fundamentais, (i.) a rede de **políticos e parlamentares**, ao apoiarem a continuidade da ocupação e elemento articulador para ultrapassar os momentos de reintegração de posse, e a (ii.) **mídia**, ao garantir a repercussão do processo, a externalização do conflito e a disputa por um posicionamento que ultrapasse a criminalização do movimento. Ainda assim, a existência da mídia e vários grupos de apoio não resultam necessariamente em sucesso, porque o tema possui correlação com a própria articulação de poder que direciona a visão para aquela ocupação, o papel que assume as diferentes instituições envolvidas, redundando em práticas de soluções provisórias, o embate com a polícia ou na inserção em programas habitacionais:

“E naquela época a gente ocupava o prédio do Governo (...). O casarão o pessoal morou cinco anos, Paulino Guimarães morou cinco anos. E agora, três, quatro anos atrás, que conseguiu resolver todos esses problemas. Então é uma... Foi um confronto mesmo!”

“Mas a gente até por essas diferenças, o movimento teve muito problema nas ocupações que fez, muita dificuldade, muitos erros, de metodologia, de inexperiência. Outras vezes... De meio de um sectarismo assim, tentar manter uma regrinha, quando a regrinha não encaixa, né? Você daí não muda a regra, e quer mudar a realidade, então não dá.”

Soma-se ao tema o fato de que algumas ocupações conformaram-se em polos políticos e culturais. Um dos exemplos é a discussão da apropriação da área central para projetos de moradia, que possui um dos momentos mais significativos o Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para a Requalificação de Cortiços, iniciativas de várias entidades, universidades, assessorias técnicas e movimentos de moradia, que elaborou

proposta piloto para o Edifício da Rua do Ouvidor, ocupado à época pelo MMC (SANTOS:2002). A inovação da proposta foi a articulação de uma intervenção arquitetônico-urbanística com propostas territoriais e de ação social. O edifício tornou-se referência de intervenção na área central, mas foi posteriormente desocupado, dada a impossibilidade de resolução do tema fundiário, sob as condições dos programas habitacionais disponíveis à época.

Outra proposta-piloto foi a intervenção por estudantes e professores da USP em edifício ocupado na área central de propriedade da USP, a ocupação da Rua Sólon. O resultado foi a reforma do edifício, com recursos da USP e fundações de amparo à pesquisa, o que garantiu a continuidade das famílias no local e a cessão, mesmo que informal, do edifício para o fim de moradia social. Mais recentemente, a ocupação Prestes Maia conseguiu coligar grupos diversos que redimensionaram os espaços tradicionais da ocupação, garantindo visibilidade crescente ao projeto, apesar de sua dificuldade atual de viabilização econômico-financeira.



*Figuras 1 a 3: Vistas de atos realizadas pela UNMP em diferentes momentos históricos.*

Para os entrevistados, o Terceiro Ciclo representa momento de maior enrijecimento do poder público, que trouxe dois posicionamentos – a desistência de realização de novas ocupações, ou o encaminhamento para a realização de práticas cada vez mais ousadas para sustentar as ocupações. Uma das soluções é a realização de apenas “ocupações relâmpago”, onde se ocupa edificações emblemáticas do poder público. O enrijecimento traduz-se na prática de esvaziamento do discurso de denúncia construído pelo movimento, além de práticas ilícitas pela polícia, no linguajar do movimento, “espanca sem dó”, mesmo sem anuência na ação.

Se há um enrijecimento do Governo no período, a prática de ocupações de maior escala, em grandes terrenos da periferia dos centros urbanos, redimensiona a prática dos movimentos de moradia, tensionando a utilização dos terrenos ocupados como moradia

definitiva, dada a inexistência de soluções de inserção nos programas habitacionais disponíveis:

“(…) não era só o povo que foi! (...) Quando a gente pega, que sai nos bairros onde a gente tinha feito reunião, avisando as pessoas que já tinha rolado a ocupação... Começa a encher de gente, encher de gente, encher de gente.... E barraco, e barraco, e mais barraco sendo feito, mais barraco sendo feito. Quando dá, com mais ou menos uns 4 dias, já tem mais de 1.000 famílias. Esse acampamento chegou a ter 3.500 famílias e ele só durou 21 dias.”

São exemplos a ocupação do terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, as atuais ocupações em Taboão da Serra, e é emblemática a ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos. O processo de criminalização destas ocupações, pela mídia e pelo Estado, expressaram crescente tensionamento entre os discursos de denúncia da ausência de moradia e pólo de defesa da ordem pública, na tentativa de anulação e despolitização da própria ação direta.

### 3. A PRÁTICA E OS ATOS COTIDIANOS

A sessão objetiva resgatar alguns aspectos dominantes das práticas e ações diretas realizadas pelos movimentos de moradia, uma vez que há linearidade de temas que representam as maiores preocupações com a organização das ações, em favor do sucesso do resultado final.

A conquista do imóvel através de uma ocupação possui momentos emblemáticos de maior fragilidade - o momento de entrada no edifício ou terreno e as negociações para continuidade no local até a reintegração de posse. A articulação é um dos principais elementos em garantia do processo de ocupação. No momento inicial, as reuniões em vários grupos, em que se externalizam códigos que indicam que ocorrerá uma ocupação, a indicação da data e horário e o papel dos atores para garantir o sucesso da ação.

As lideranças organizam as questões práticas para viabilidade da ação, como o aluguel de ônibus em várias pontos da cidade, e articulam os grupos de apoio do movimento, que são representadas por comissões para divulgação à imprensa e de apoio no momento inicial da ocupação. Por exemplo, a comissão de divulgação divulga para a mídia os passos realizados: o (não)sucesso da ocupação. Já a comissão de apoio é representada por lideranças do movimento de moradia organizados para esclarecimento do ato e encaminhamentos, enquanto apoiadores diversos ficam presentes para mitigar conflitos, em especial com a polícia: parlamentares, membros de assessoria técnica, membros da imprensa, dentre outros coletivos.



*Figuras 4 e 5: Vista de dois momentos de uma ocupação, sendo negociação de um advogado (e parlamentar) e assembléia de reintegração de posse.*

A ocupação implica na abertura de novas práticas coletivas e processos de gestão, processos estes que não conseguem ser apropriados em sua totalidade na moradia definitiva, uma vez que o projeto ambicionado tensiona para o uso tradicional da moradia, com espaços públicos e semi-públicos, com ganhos nas áreas comuns: centros comunitários e espaços afins. Para quem acompanhou uma ocupação, parte dos integrantes chamam do “dia de festa”, porque representa um momento de irrupção, implícita a novidade relacionada à “transgressão” da prática. Há forte correlação do tema com a idéia de “festival” de Lefebvre (1991), que representam momentos que tornam mais explícitas as lacunas do cotidiano e possibilidades de constituição de novos espaços e práticas. Ao se perderem no cotidiano, trazem um caráter de “efêmero”, que não conseguem ultrapassar o momento específico de explosão e plenitude inicial, como evidenciado nas falas:

“Ai a gente foi, teve a concentração na rua ... Ninguém sabia pra onde ia (...). Entramos no ônibus, vamos embora, vamos andando, ai quando sai ali todo mundo corre, só via nego saindo dentro do escuro correndo, na hora que passei já vi que o pessoal já tinha entrado, só vi o coitado do guarda lá no chão “ai, pelo amor de Deus, não faz nada comigo”, só subindo escada, subindo escada ai de repente “desce vai ficar todo mundo no primeiro andar” ai ficou todo mundo no primeiro andar. (...) no outro dia que sai por que tinha que trabalhar... Que eu olhei a roupa ver como é que estava quando amanheceu o dia era aquele pó, aquela posada aquilo, tudo queimado.”

“Isso foi um negócio, bicho, dos mais loucos da minha vida! Porque tem uma coisa muito bonita, tinha um pastor, evangélico. (...) Daí eles fizeram uma missa especial. Eles chamaram o povo da Igreja. E começaram a discutir os problemas sociais do povo com base no Evangelho. Uma coisa que era muito parecida com a história da Teologia da Libertação. Cara, isso foi um negócio muito bonito (...). Aí no fim do culto lá, da missa ecumênica, sei lá, lá pra meia noite **eles serviram uma sopa**, estavam todos com fome, cara, a gente tomou essa sopa e entrou no busão. **Só quem sabia onde era o terreno era**

**o povo do movimento.** (...) Era um terreno imenso, imenso, imenso e eles já começam a pôr barracas e aquilo tudo... Quando dá meia hora que a gente está lá chega a polícia, mas aí tinha advogado, estava pastor, estava padre (...) A ocupação já estava mais ou menos consolidada.”

Se tudo ocorrer de uma forma positiva, as pessoas irão ficar no local até o mandato oficial de reintegração de posse. Para tal, o proprietário terá que provar que possui a posse do imóvel, o que implica na própria escolha dos edifícios a serem ocupados, podendo desistir do processo de reintegração e iniciar negociação, quando há interesse do proprietário para tal solução, além do próprio posicionamento do juiz que assume a causa, que pode aceitar os trâmites normais ou expedir o mandato judicial sem a instrução processual corrente. Quando há reintegração de posse, a solução encaminha-se geralmente para a saída das pessoas, porque é o momento que qualquer ação do movimento de moradia pode implicar na resposta truculenta da polícia – neste momento perdeu-se a ocupação.

Para os entrevistados, uma das principais dificuldades de um processo de ocupação é a administração de seus problemas cotidianos, que são acentuados pelas condições precárias de vida em um imóvel sem habitabilidade, com a divisão das unidades feita de forma precária, e a instituição progressiva de melhor qualidade para os moradores com o transcorrer do tempo da ocupação, caso não haja reintegração de posse. Em momento inicial o imóvel pode não possuir água ou luz, banheiro ou cozinha. Outro tema problemático é o número excessivo de pessoas no local, que transforma os edifícios em verdadeiros “barris de pólvora”, com riscos iminentes de sinistros e problemas cotidianos decorrente da baixa salubridade do local, do vasto número de pessoas ociosas, e demandas específicas, como as crianças e adolescentes.



*Figuras 06 e 07: Vista de interior da Ocupação, no dia de entrada no prédio.*

A manutenção de um processo de ocupação implica em desgaste das famílias envolvidas, um processo de luta para defesa da continuidade do processo. O cotidiano da

ocupação obriga a instituição de procedimentos para minimização de conflitos, com a exclusão de famílias. O procedimento depende da capacidade de controle das lideranças, mas também do próprio espaço ocupado. Um prédio, com número restrito de pessoas, possibilita um controle maior que uma grande área ocupada, com dificuldade de controle de acesso e mesmo de conhecimento de todas as famílias que moram no local.

A organização coletiva não apenas é incentivada, como há um direcionamento das lideranças para a viabilidade de tais práticas. São exemplos o rearranjo e convivência em espaços coletivos, através de cozinhas coletivas, salas de TV e vivência coletivas, espaços de convivência coletiva, redundando na própria redefinição do papel dos espaços privados, precarizados na vivência na ocupação, mas também semi-públicos, redimensionados no espaço da ocupação. Outros exemplos são o papel que assumem determinadas ocupações, ao se constituírem como centro irradiador na região e constituem-se como polos para as manifestações coletivas gerais, politizando as faltas existentes na região – de serviços e equipamentos públicos.

Ao mesmo tempo, para parte dos entrevistados, as práticas cotidianas nas ocupações trazem empoderamento, uma vez que as atividades coletivas – cozinha comunitária, trato das crianças, reuniões periódicas, práticas educativas diversas, enfim, o próprio processo dialógico de condução do cotidiano da ação coletiva – trazem crescimento pessoal e formação política, como evidenciado na fala:

“Ai a coordenadora virou e falou - vem cá, de que grupo você é? - ai falei o nome do meu grupo – olha, sou do grupo Sinimbu. Você num quer fazer parte da coordenação? Que é isso? Ela falou – a coordenação é o pessoal para ajudar a organizar, não é que você vai fazer tudo, e também não é que não vai fazer nada, não é só mandar, participa, vem para a reunião hoje e tal, estou te convidando. Ai eu fui...Eu não sabia nem fazer uma ata, não sabia nada, a Solange que me ajudou muito(...) Ela falava assim, eu vou fazer hoje, você presta atenção no que estou fazendo e na próxima reunião você faz.”



Figuras08 e 09: Imagens cotidianas de uma ocupação.

Como elemento central das práticas cotidianas, há uma articulação entre os atos e ocupações e a garantia da continuidade de processos mínimos, já conquistados, seja em âmbito geral, nas conquistas nos programas já constituídos, seja pontualmente, na viabilidade de processos através da resistência no prédio, até a negociação de uma solução para os envolvidos. A tensão pode significar a tomada de diferentes diretrizes por lideranças e associados, o que repõe como uma das possíveis ações do movimento a própria retirada ou diminuição da autonomia das associações ou grupos de base, como elemento garantidor da própria continuidade do movimento social e, anacronicamente, que seria a expressão do esvaziamento do movimento em momentos mais críticos, com as associações seguindo direcionamentos diversos em favor da viabilização dos processos particularidades do coletivo que vive na ocupação, que não necessariamente representa o direcionamento geral do movimento de moradia, e, no limite, em perda de tais grupos de base e associados.

#### **4. O REDIRECIONAMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL E A CENTRALIDADE DA AÇÃO DIRETA**

Na visão dos entrevistados, o acompanhamento do cotidiano e ações diretas torna-se ainda mais complexo porque o movimento é político, enquanto conceito (ARENDRT,1993), mas se direciona excessivamente para a política (atrelamento aos partidos). Dessa forma, há correlação entre a dificuldade de êxito e a vinculação da prática ao caráter partidário que possui parte dos movimentos, que enrijece a possibilidade de solução em governos que representam oposição aos alinhamentos políticos assumidos por tais movimentos. Os atos tendem a polarizar para a vinculação partidária, mesmo quando direcionados para ações mais gerais de conquista de moradia, podendo resultar, no limite, em processos que prejudicam as famílias envolvidas, que ficam vinculadas às decisões do poder público, com posicionamento de apoio ou não de acordo com o viés partidário já anteriormente assumido pelo movimento de moradia, como evidenciado nas falas:

**“Eu acho que o movimento ele é, sim, político, mas ele visa muito o político. (...) isso acaba prejudicando as famílias, as pessoas, e a gente não vê resultado nisso. No nosso caso, hoje, a gente não está vendo resultado nenhum!”**

“A coisa, acho que está caminhando para um... Eu acho que até para o fim mesmo. Eu não gosto de falar isso porque vivi muito o movimento, né, de moradia, numa fase que... Nossa... Era bom você ir para a rua e você já ter o resultado. (...) Mas hoje eu não acredito mais. Não acredito porque a gente vê que a gente está aqui, há quase oito anos, não tem resultado nenhum.”

É claro que tal visão deve ser relativizada, uma vez que a presença de respostas do poder público às reivindicações é acompanhada da constatação do próprio enrijecimento do governo, com o fechamento de espaços de participação e criminalização das ações, que enfraquece, tanto para as lideranças como a demanda, o interesse por ações de luta direta, privilegiando-se soluções parciais alcançadas com outras estratégias, com a negociação cotidiana com o poder público.

Sob tal ótica, o papel do movimento de moradia reconstrói-se, servindo de apoio à viabilização das políticas públicas de habitação e, através da prática cotidiana, conseguindo mudanças incrementais nos programas existentes e redirecionamentos que permitam viabilidade de maior número de moradias para os associados, ganhos espaciais qualitativos e resultados organizacionais que permitam maior sustentabilidade dos espaços conquistados.

Ante o enrijecimento do Estado e a fragilização atual do movimento, com ações direcionadas para novas práticas e atitudes, redefine-se o papel de práticas históricas, como os atos, além do próprio formato geral das reivindicações. Para parte dos movimentos, há uma diferença de postura que se expressa entre a motivação geral do ato e a forma que é traduzida pelo poder público. Mesmo havendo tal tensão, as negociações se iniciam no espaço público, que abre os canais para a continuidade dos processos que só conseguem ser reivindicados com os processos iniciais de abertura dos canais de interlocução, através dos atos e ocupações.

O processo de tensão, que se constrói através de ações diretas parte da premissa de que apenas tal tipo de intervenção abre canais de diálogo e negociação com o poder público, em um processo que cambia entre a integração e negociação, de um lado, e o embate direto com a externalização para o **domínio público** das dificuldades de negociação e da (não) viabilização das propostas, de outro.

## Bibliografia

ARENDRT, H. 1993. *A dignidade da política. Ensaios e conferências*. Rio de Janeiro, Relume-Dandaré.

BARAVELLI, J. 2006. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo, dissertação FAUUSP.

BONDUKI, N. 1987. *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*. São Paulo, dissertação FAUUSP.

CAVALCANTI, G.C.V. 2006. *Uma concessão ao passado. Trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo, Dissertação FFLCH-USP.

DOIMO, A.M 1997. *A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dandará,.

GOHN, M.G.M. 2000. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.

\_\_\_\_\_. 2008. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. IN: *Cad. CRH*, vol.21, no.54, Salvador, Set-dez 2008.

GOONEWARDENA, K. et alli. 2008. *Space, difference, Everyday Life: reading Henri Lefebvre*. Londres, Routledge.

GRAMSCI, A. 2007. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IMMERGUT, E.M. 1996. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 30, ano 1.

LEFEBVRE, H. 1983. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 1991. *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes Editora.

MARICATO, E. 1996. *Metrópoles na Periferia do Capitalismo*. São Paulo, Hucitec.

MELUCCI, A. 1980. The new social movements: a theoretical approach. IN: *Social Science Information*. London & Berverly-Hills, SAGE, 19:2, 199-226.

SADER, E. 1988. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, A.L.T., et alli, (orgs.). 2002. *Laboratório de Projeto Integrado e Participativo para a Requalificação de Cortiços*. São Paulo, FAUUSP.

SANTOS, A.L. T. 2010. *A prática dos movimentos de moradia na Produção do Espaço da cidade de São Paulo: os limites da participação e a (im)possibilidade de emancipação*. São Paulo, tese FAUUSP.

SILVA, H.M.B. & SIGOLO, L.M. 2007. *Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo*. São Paulo, Lincoln Institute of Land Policy.